

Refém do Congresso

A mensagem presidencial ao Congresso, anteontem lida, confirma o caráter semiparlamentarista do atual Governo. O presidente Collor reconhece que depende visceralmente do Congresso, algo que já estava explícito na recente reforma ministerial, feita basicamente com quadros recrutados no PFL. Nisso, aliás, o Presidente cedeu ao imperativo dos fatos, decorrentes da própria Constituição em vigor.

Como se recorda, a Constituinte de 1988 inclinava-se, até certa altura, pela adoção do parlamentarismo. Em função dele, concebeu numerosos dispositivos — a medida provisória, por exemplo —, que acabariam deturpados em seus objetivos. Na reta final, o presidente Sarney, sob a influência de assessores alarmados — que viam na mudança de regime uma ameaça a seu mandato —, decidiu fulminar o parlamentarismo, jogando todas as suas fichas na manutenção do presidencialismo.

Hoje, concretamente, vive-se uma equação desfavorável: o Presidente não tem poderes para obstruir qualquer decisão do Congresso, que já se mostrou capaz de derrubar numerosos vetos de Collor. E o Congresso, inversamente, está aparelhado para derrubar tudo o que o Governo propuser. O detalhe perverso é que, ao aumento de poderes do Congresso, não correspondeu o indispensável aumento de responsabilidade. Ela continua integralmente com o Executivo. A saída é aceitar o semiparlamentarismo. Daí a reforma ministerial; e daí o pedido de socorro implícito na mensagem.

Liderança do PMDB —

O deputado Odacir Klein (RS), que hoje disputa a liderança do PMDB com o atual líder, Genebaldo Correa (BA), duvida de que

Quércia, presidente do partido, esteja apoiando seu adversário, conforme publicaram alguns jornais, inclusive esta coluna. Klein diz que, há poucos dias, conversou demoradamente com Quércia e este lhe juntou de pés juntos que não se envolve de maneira alguma em questões de economia interna da bancada. E a escolha do líder, disse-lhe Quércia, é uma questão fundamentalmente da bancada.

Quanto à afirmação de que seria um parlamentar radical e trombador, em contraste com seu oponente, mais afeito à negociação, Klein protesta. Admite que sua atuação passada de líder, ainda no regime militar (governo Figueiredo), foi de fato naqueles moldes. Mas eram as circunstâncias da época. Considera-se hoje suficientemente atento para perceber que os tempos são outros. Também sabe negociar e transigir, em nome do interesse público. Sua cautela é quanto ao limite e aos critérios disso. Acha que a bancada hoje optará por uma entre duas propostas: de um lado, o PMDB linha-auxiliar do Governo; de outro, o PMDB oposição verdadeira.

Ele acha que o PMDB precisa retomar a posição de "denunciante" do processo político. Hoje, segundo sua avaliação, o PMDB é um "denunciado", a reboque dos acontecimentos. Já Genebaldo Correa repudia a acusação de linha-auxiliar do Governo ("Faço oposição verdadeira, mas não burra ou cega"), insiste no anacronismo e na esterilidade da oposição meramente verbal e retórica e afirma que o PMDB é, presentemente, o partido que mais influência exerce no processo político brasileiro, obrigando o Governo a buscar o diálogo, a rever iniciativas e a fazer concessões importantes. O duelo começa às 9h de hoje.